MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 163/2019

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em Sessão Ordinária no dia 01 de outubro de 2019, deliberou, à unanimidade, pela **Homologação da Promoção de Arquivamento, nos termos do voto da Relatoria,** dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

1. Inquérito Civil nº 699.0.33229/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
2. Inquérito Civil nº 646.0.174844/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
3. Procedimento Ministerial nº 597.9.264076/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
4. Inquérito Civil nº 677.0.162544/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
5. Inquérito Civil nº 702.0.124449/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
6. Procedimento Ministerial nº 190.9.208032/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
7. Inquérito Civil nº 170.0.137640/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
8. Inquérito Civil nº 933.0.111383/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
9. Inquérito Civil nº 003.0.37430/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
10. Inquérito Civil nº 003.9.11458/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
11. Inquérito Civil nº 674.9.123819/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
12. Inquérito Civil nº 644.0.203567/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
13. Inquérito Civil nº 646.0.152527/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
14. Procedimento Ministerial nº 597.9.139787/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
15. Inquérito Civil nº 646.0.179710/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
16. Inquérito Civil nº 057.9.22886/20219, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
17. Inquérito Civil nº 003.0.137780/2009, do Grupo de Atuação Especial do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
18. Inquérito Civil nº 598.0.48419/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

19. Inquérito Civil nº 646.0.178604/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
20. Inquérito Civil nº 646.0.149361/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
21. Inquérito Civil nº 167.9.43144/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
22. Procedimento Ministerial nº 003.0.127352/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
23. Procedimento Ministerial nº 592.9.20992/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
24. Inquérito Civil nº 003.0.36774/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
25. Inquérito Civil nº 003.0.78616/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
26. Inquérito Civil nº 646.0.71204/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
27. Inquérito Civil nº 167.0.75898/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
28. Inquérito Civil nº 719.0.146039/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Seabra;
29. Inquérito Civil nº 699.0.113273/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
30. Inquérito Civil nº 708.9.112161/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
31. Inquérito Civil nº 597.9.13080/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
32. Procedimento Ministerial nº 003.9.67967/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
33. Procedimento Ministerial nº 003.9.18209/2019, do Grupo de Atuação Especial do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
34. Inquérito Civil nº 003.9.216456/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
35. Inquérito Civil nº 598.0.110916/2016, da Promotoria de Justiça de Juazeiro;
36. Inquérito Civil nº 596.9.129714/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
37. Inquérito Civil nº 167.9.97873/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
38. Procedimento Ministerial nº 003.0.177944/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa;
39. Inquérito Civil nº 003.0.157481/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
40. Procedimento Ministerial nº 593.9.56069/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
41. Inquérito Civil nº 242.9.198467/2017, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;

42. Inquérito Civil nº 003.0.116582/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
43. Inquérito Civil nº 003.0.7580/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
44. Inquérito Civil nº 003.0.169772/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
45. Inquérito Civil nº 003.0.24782/2012, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
46. Procedimento Ministerial nº 003.0.40635/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
47. Procedimento Ministerial nº 608.9.17413/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
48. Inquérito Civil nº 003.1.83319/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
49. Inquérito Civil nº 646.0.201815/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
50. Procedimento Ministerial nº 003.0.23404/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
51. Inquérito Civil nº 003.9.245244/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
52. Inquérito Civil nº 167.0.229745/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
53. Inquérito Civil nº 708.0.14322/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
54. Inquérito Civil nº 003.9.97485/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
55. Procedimento Ministerial nº 003.0.11299/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
56. Inquérito Civil nº 066.9.58297/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Casa Nova;
57. Inquérito Civil nº 696.9.160881/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
58. Inquérito Civil nº 254.9.220787/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;
59. Inquérito Civil nº 646.0.185653/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
60. Inquérito Civil nº 003.0.164062/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
61. Inquérito Civil nº 075.0.61958/2016, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
62. Inquérito Civil nº 646.9.142624/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
63. Inquérito Civil nº 003.0.164449/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
64. Inquérito Civil nº 003.9.112532/2018, do Grupo de Atuação Especial

de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

65. Inquérito Civil nº 593.0.77938/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
66. Inquérito Civil nº 708.0.224667/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
67. Inquérito Civil nº 709.9.106879/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
68. Inquérito Civil nº 003.0.12253/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
69.
70. Procedimento Ministerial nº 003.9.109202/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
71. Procedimento Ministerial nº 003.0.162772/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
72. Inquérito Civil nº 646.0.185612/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
73. Inquérito Civil nº 003.9.62593/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
74. Inquérito Civil nº 600.9.48908/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
75. Inquérito Civil nº 597.0.180964/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
76. Inquérito Civil nº 648.9.181625/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaparica;
77. Inquérito Civil nº 646.0.179825/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
78. Inquérito Civil nº 174.0.79383/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
79. Inquérito Civil nº 692.1.4075/2005, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;
80. Procedimento Ministerial nº 596.0.61944/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
81. Inquérito Civil nº 674.0.73874/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
82. Inquérito Civil nº 681.0.154242/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
83. Procedimento Ministerial 712.0.160115/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
84. Inquérito Civil nº 003.0.129175/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
85. Inquérito Civil nº 003.9.5159/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
86. Inquérito Civil nº 003.9.104649/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
87. Inquérito Civil nº 003.0.120629/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

88. Inquérito Civil nº 003.0.236511/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
89. Procedimento Ministerial nº 003.0.44406/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
90. Inquérito Civil nº 003.0.65579/2009, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
91. Inquérito Civil nº 646.0.186883/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
92. Inquérito Civil nº 608.0.251367/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Jequié;
93. Inquérito Civil nº 003.0.4811/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
94. Inquérito Civil nº 591.0.85318/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
95. Inquérito Civil nº 003.9.21593/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
96. Inquérito Civil nº 003.9.55333/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
97. Procedimento Ministerial nº 003.0.171557/2011, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
98. Inquérito Civil nº 600.9.119702/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
99. Inquérito Civil nº 708.0.210813/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
100. Procedimento Ministerial nº 307.0.174840/2007, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
101. Inquérito Civil nº 674.0.83143/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
102. Inquérito Civil nº 646.0.201728/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
103. Procedimento Ministerial nº 677.9.36955/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
104. Inquérito Civil nº 003.0.169780/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
105. Inquérito Civil nº 003.0.165452/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
106. Inquérito Civil nº 003.0.170408/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
107. Inquérito Civil nº 003.0.162646/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e a Moralidade Administrativa – GEPAM;
108. Inquérito Civil nº 003.0.188994/2015, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
109. Procedimento Ministerial nº 003.0.157225/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e a Moralidade Administrativa – GEPAM;
110. Procedimento Ministerial nº 591.9.213035/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
111. Inquérito Civil nº 591.0.125970/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
112. Procedimento Ministerial nº 608.9.16315/2018, da 5ª Promotoria de

Justiça de Jequié;

113. Inquérito Civil nº 167.9.39084/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
114. Procedimento Ministerial nº 644.0.187740/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
115. Inquérito Civil nº 596.9.236802/25017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
116. Inquérito Civil nº 017.0.146212/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
117. Inquérito Civil nº 003.0.60520/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
118. Inquérito Civil nº 167.9.40104/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
119. Procedimento Ministerial nº 003.0.134894/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
120. Inquérito Civil nº 003.0.29600/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
121. Inquérito Civil nº 716.9.52096/20017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
122. Procedimento Ministerial nº 003.0.195679/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
123. Procedimento Ministerial nº 692.9.259477/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
124. Inquérito Civil nº 708.0.138624/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
125. Inquérito Civil nº 146.0.146754/2009, da Promotoria de Justiça de Laje;
126. Inquérito Civil nº 598.0.76654/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.

SALA DAS SESSÕES, 01 de outubro de 2019.

SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, em exercício.

ZUVAL GONÇALVES FERREIRA

Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros: Washington Araújo Carigé, Adivaldo Guimarães Cidade, Maria Augusta Almeida Cidreira Reis, Áurea Lúcia Souza Sampaio Loepp, Adriani Vasconcelos Pazelli e Ricardo Régis Dourado. //

Publicada no DJE de 03/10/2019